

LULA: SERVILISMO DECRÉPITO ÀS “FINANÇAS VERDES”

by Lorenzo Carrasco e
Geraldo Luís Lino

Em seu discurso na abertura da Cúpula de Líderes do G-20, em Joanesburgo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou uma proposta que ressalta o servilismo obsessivo dele e de seu grupo político em relação às “finanças verdes”: a troca de dívidas dos países pobres por iniciativas de desenvolvimento e ações climáticas, que, segundo ele, o G-20 deveria incentivar.

“O custo do pagamento do serviço da dívida dos países em desenvolvimento aumentou para US\$ 1,4 trilhão por ano. É mais do que o valor que o Plano de Ação de Baku a Belém tenta mobilizar para a ação climática”, disse, em referência ao plano de ação apresentado no ano passado na conferência climática COP29, no Azerbaijão, que serviu de base para as discussões na COP30, em Belém (PA) (Folha de S. Paulo, [22/11/2025](#)).

A sugestão se insere no contexto do indisfarçável fracasso da pauta das finanças climáticas, evidenciado em Belém. Mais uma vez, ficou patente que não haverá desembolsos financeiros a fundo perdido dos países desenvolvidos para que as nações em desenvolvimento possam adaptar-se à agenda da “descarbonização” da economia mundial, em nome da suposta emergência climática. Expectativa que, apesar de irreal, representa um dos pilares da agenda contra os combustíveis fósseis.

O documento final da conferência registra apenas a concordância em “fazer esforços” para triplicar o financiamento para a adaptação até 2035, mas sem qualquer compromisso formal quanto à origem dos valores e seu montante.

Da mesma forma, é incerta a viabilidade do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, menina dos olhos de Lula & cia., para o qual pretendiam atrair pelo menos US\$ 10 bilhões de compromissos firmes em Belém e não chegou nem a US\$ 7 bilhões, em sua maioria, condicionados ao atingimento da meta original nos próximos meses.

A proposta de Lula é uma variante das trocas de dívida-por-natureza (*debt-for-nature swaps*), um dos primeiros instrumentos idealizados pelos criadores da agenda ambientalista, na segunda metade da década de 1980, para manipular a proteção do meio ambiente e dos povos indígenas como instrumentos políticos para o controle de grandes áreas territoriais, ricas em recursos naturais, subordinando a tais critérios as políticas de desenvolvimento dos respectivos países.

Seu idealizador foi o finado biólogo norte-americano Thomas Lovejoy, então no World Wide Fund for Nature (WWF), uma das ONGs integrantes do “Estado-Maior” do aparato ambientalista-indigenista internacional. Lovejoy, que foi um dos mais graduados operativos desse aparato antidesenvolvimentista, teve sua carreira estreitamente vinculada ao Brasil, um dos principais alvos da estratégia.

Portanto, não é surpresa encontrá-lo como parceiro do climatologista Carlos Nobre, outro alto operativo da “agenda verde”, com quem elaborou o falacioso conceito do “ponto de inflexão” da Floresta Amazônica, segundo o qual o desmatamento do bioma não poderia superar 20% (atualmente, 16%), sob risco de degradação irreversível para ecossistemas mais pobres em biodiversidade.

- **Interferência externa:** Aparato ambientalista global opera para travar industrialização e impor visão de preservação integral como projeto político-econômico.

- **Desigualdade regional:** Amazônia sofre falta crônica de infraestrutura e depende de maquinário básico para garantir mobilidade, serviços públicos e produção local.

- **Disputa de narrativas:** Conflito entre urbanóides distantes e moradores da região sobre o direito ao desenvolvimento, tecnologia e atividades produtivas modernas.



▲ Carlos Nobre, climatologista brasileiro e Thomas Lovejoy, biólogo (WWF)

Nobre é também um dos mais fervorosos proponentes das finanças climáticas, vendo o bioma Amazônia como um importante “colateral” (“floresta em pé”) para a atração de investimentos orientados por critérios de “sustentabilidade”. Em Belém, considerou como “traição” a ausência no documento final da conferência de um “mapa do caminho” para a redução do uso dos combustíveis fósseis e do desmatamento.

Por outro lado, as *debt-for-nature* swaps nunca chegaram a ganhar uma grande escala como instrumentos financeiros da agenda ambientalista. Segundo estimativas, entre 1987 e 2021, apenas 145 acordos do tipo foram estabelecidos, na África, América Latina e Caribe, totalizando US\$ 3,7 bilhões de dívida em valor nominal (os títulos reais sempre são negociados com grande deságio).

No Brasil, há registros de apenas dois acordos: um em 2002, no valor de US\$ 2,2 milhões, com a ONG The Nature Conservancy; e outro em 2010 com o governo dos EUA, de US\$ 20,8 milhões.

Os valores citados nos mirabolantes planos de Lula e seus tecnocratas (além da militância ambientalista e não poucos representantes dos setores produtivos) para a consolidação do Brasil como “potência ambiental” são várias ordens de grandeza maiores. De fato, sonham com atrair “investimentos verdes” na casa das centenas de bilhões de dólares/euros, em créditos de carbono, energia limpa (eólica, solar, hidrogênio verde etc.) e outros setores.

Planos que revelam uma visão retrógrada das perspectivas de desenvolvimento do País, reflexo de um vício histórico de acomodação à produção de *commodities* – agora, acrescidas de rótulos esverdeados –, enquanto a economia se reprimariza, perde complexidade e capacidade de agregação de valor, e reforça uma estagnação de quatro décadas na “armadilha da renda média”.

E, no caso atual, também um reflexo da decrepitude de uma liderança política míope e autoconfinada em negociações restritas ao jogo do poder pelo poder.

